

23.outubro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Professor Doutor João Lopes - Doutorado em Psicologia da Educação e coordenador do estudo da Universidade do Minho sobre indisciplina na sala de aula

Recebido por: Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar: Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), Sandra Pontedeira (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Indisciplina em meio escolar

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar apresentou as boas-vindas ao Sr. Professor João Lopes, explicitando o enquadramento em que a mesma foi agendada.

O Sr. Professor agradeceu o convite e fez uma breve síntese dos estudos que tem levado a cabo, designadamente na área da indisciplina em contexto de sala de aula. Explicitou que o estudo, que está ainda em curso, se centra na perspetiva dos professores e que, até àquele momento, registou a participação de 1850 professores do ensino básico, 220 do ensino secundário e 501 do ensino superior. O estudo inclui dados dos participantes (e.g. sexo, experiência, tipo de formação inicial, local de formação, tipo de escola), dados sobre frequência de comportamentos perturbadores, perceção de gravidade dos comportamentos perturbadores, tempo de aula desperdiçado com a gestão desses comportamentos, dados sobre a gestão da instrução e sobre a gestão de comportamentos, frequência das queixas relativas a comportamentos problemáticos, perceção de eficácia pessoal e de eficácia coletiva, formação para gerir comportamentos problemáticos, atribuição de responsabilidade pela indisciplina nas salas de aula, etc.

Afirmou que, a partir dos dados recolhidos, já é possível perceber as seguintes tendências sobre a perceção dos professores face à indisciplina:

- A indisciplina na sala de aula está a aumentar, sendo que a maioria dos comportamentos de indisciplina é de baixo impacto, embora de elevada frequência. Os comportamentos mais frequentes são aqueles que os professores consideram menos graves, mas que obrigam a interromper a aula, como por exemplo, a desatenção, as brincadeiras, a utilização de aparelhos eletrónicos, a conversa com o colega do lado, etc.
- Relativamente ao tempo gasto em comportamentos perturbadores em sala de aula, cerca de 15% dos professores perdem mais de 40% do tempo a tentar disciplinar os alunos;
- Para os inquiridos, a responsabilidade da indisciplina dentro da sala de aula é, essencialmente, dos pais (39%), das políticas educativas governamentais (37%) e dos alunos (32,7%);
- Cerca de 60% dos professores não teve, até hoje, qualquer tipo de formação específica para lidar com este problema.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) agradeceu a exposição e colocou algumas questões, nomeadamente sobre se o estudo clarifica, em algum momento, os conceitos de indisciplina e violência, se a indisciplina traduz alguma insegurança junto dos professores, se existe algum tipo de alusão à indisciplina fora do meio escolar, se o número de alunos por turma pode ter implicações neste fenómeno, se os professores se consideram um fator potenciador de comportamento, se o estudo pretende recolher, no futuro, as perspetivas de outros intervenientes, como os pais ou os alunos, e ainda se entende que a formação na área da organização e gestão de comportamentos deverá ser introduzida no currículo dos professores.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) cumprimentou o professor João Lopes e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a definição de indisciplina, sobre se os professores reclamam falta de instrumentos (formação, tempo, Estatuto do Aluno, etc), sobre a eventual interferência de outros fatores como os currículos, o calendário escolar ou os horários, sobre a preponderância da indisciplina em determinadas idades e ainda sobre o cruzamento dos dados por tipo de escolas (TEIP, com contratos de autonomia, em zonas rurais, em zonas urbanas, etc).

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a presença e colocou algumas questões, designadamente sobre uma eventual referência, nas possibilidades de resposta, aos meios socioeconómicos dos alunos, por entender que as questões da indisciplina, da violência e do abandono não estão desligadas dos fatores socio económicos. Defendeu que a questão da indisciplina deve merecer uma resposta ampla e integrada, que só é possível com uma intervenção política que tenha em conta as condições sociais e culturais específicas. Lembrou ainda que o PCP apresentou, já por duas vezes nesta Legislatura, projetos de lei que visavam a [criação de um gabinete pedagógico de integração escolar](#), que teriam como objetivo, entre outros, a criação de um ambiente de boa vivência escolar, e que foram rejeitados.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Professor João Lopes esclareceu, em síntese, o seguinte:

- O estudo não distinguiu indisciplina e violência;
- Não foram diretamente questionadas as condições socioeconómicas dos alunos, pese embora seja possível obter esses dados através de outras respostas;
- Não existe alusão à indisciplina fora do meio escolar;
- As respostas apontam para a existência de casos de violência, embora localizada;
- O estudo centrar-se-á apenas nos professores;
- As políticas públicas são também apontadas como responsáveis por esta problemática;
- Não se propõe a inclusão da organização e gestão da sala de aula nos currículos dos professores;
- O estudo permite fazer a análise por tipo de escola;
- Os professores queixam-se da falta de instrumentos de intervenção.

Concluiu, referindo que os resultados deste estudo deverão ser divulgados em janeiro ou fevereiro de 2015 e que se pretende estendê-lo ao Brasil e, provavelmente, também à Índia.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2014

A assessora
Cristina Tavares